

## FICHA SÍNTESE DE CURSO

<b>DESIGNAÇÃO DO CURSO</b>	<b>A Participação Pública na área do ambiente</b> <b>Em especial, a aplicação da Convenção de Aarhus</b>
<b>ÁREA ESTRATÉGICA</b>	Cidadania e Participação
<b>ÁREA TEMÁTICA</b>	Participação
<b>DURAÇÃO</b>	7 horas
<b>DESTINATÁRIOS/ CONDIÇÕES DE ACESSO</b>	<p>Dirigentes e Trabalhadores da carreira geral de técnico superior que exerçam funções em organismos públicos na área do ambiente.</p> <p>Será dada prioridade aos trabalhadores enquadrados nos seguintes órgãos ou serviços:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Inspeção-Geral da Agricultura do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território</li> <li>- Secretária-geral do Ministério do Ambiente</li> <li>- POSEUR</li> <li>- Direção-Geral do Território</li> <li>- Gabinete para a Mobilidade Elétrica em Portugal</li> <li>- Direção-Geral de Energia e Geologia</li> <li>- Agência Portuguesa do Ambiente</li> <li>- Laboratório Nacional de Energia e Geologia</li> <li>- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas</li> <li>- Águas de Portugal</li> <li>- Entidade Nacional para o Setor Energético</li> <li>- Metro de Lisboa</li> <li>- Metro do Porto</li> <li>- Transtejo</li> <li>- EDM</li> <li>- Parques de Sintra</li> <li>- Florestgal</li> <li>- CCDR – Norte</li> <li>- CCDR – Centro</li> <li>- CCDR – LVT</li> <li>- CCDR – Alentejo</li> <li>- CCDR – Algarve</li> <li>- ADENE</li> </ul>
<b>REGIME DE FORMAÇÃO</b>	Síncrona – a distância

## OBJETIVOS GERAIS

Desenvolver competências ao nível da aplicação da Convenção de Aarhus, com especial enfoque na exploração do Portal Participa.pt e respetivas funcionalidades, ferramenta da consulta pública da área do ambiente.

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender o papel da Constituição da República portuguesa no âmbito do direito à proteção do ambiente
- Conhecer o regime legal de acesso à informação administrativa e ambiental (Lei n.º 26/2016, de 22 agosto, na sua redação atual)
- Analisar a Convenção de Aarhus pela sua importância atual no que respeita ao acesso à informação, à participação do público nos processos de tomada de decisão e ao acesso à justiça, em matéria de ambiente
- Compreender o contributo da Lei de Bases do Clima
- Compreender a importância de integrar a participação ativa das pessoas, nos processos de tomada de decisão em matéria de ambiente;
- Explorar as funcionalidades da ferramenta de promoção da participação em consultas públicas – *Portal Participa.pt*

## PROGRAMA DO CURSO

1. Enquadramento jurídico nacional
2. Acesso à justiça em matéria de ambiente na prática
3. A participação pública nos processos decisórios, colaborativos e participativos
4. Instrumentos e mecanismos de Participação Pública em Portugal Enquadramento jurídico internacional: em especial, a Convenção de Aarhus
5. O *Portal Participa.pt* enquanto plataforma de Participação Pública eletrónica